

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Populismo e hegemonia neoliberal no Brasil contemporâneo			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
David Maciel	Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás	FH-UFG	Professor Adjunto
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O populismo é uma forma política de dominação burguesa própria de sociedades agrárias em processo de transição para o capitalismo e o mundo urbano-industrial. No Brasil é relativamente consensual a compreensão de que o período 1930-1964 foi definido politicamente pelo populismo, apesar das experiências políticas variadas a que deu origem. Após 1964 as práticas populistas funcionaram de diversas maneiras e em torno de distintas lideranças políticas como meios complementares da dominação burguesa. Sob a hegemonia neoliberal as práticas populistas são operacionalizadas como formas de legitimação política e cooptação das classes trabalhadoras em favor de uma perspectiva regressiva e conservadora, que, no entanto, ganhou um verniz democrático-distributivista devido ao caráter concentracionista e clientelista assumido historicamente pelo intervencionismo estatal no Brasil. O "lulismo" emerge como um tipo específico de populismo neoliberal, que repõe a hegemonia neoliberal no momento em que se desnuda o conteúdo ilusório da marca democrático-distributivista de suas políticas, restaurando a estatolatria das massas e o personalismo político como ainda não se via desde o golpe de 1964. Ao radicalizar as políticas sociais compensatórias e apoiar o subimperialismo brasileiro, os governos do PT suscitaram a restauração de um discurso distributivista e "desenvolvimentista" que favorece o paralelo e a semelhança com a experiência histórica do populismo clássico. Assim, se este tinha um caráter reformista, o populismo lulista possui um caráter regressivo, pois reforça a hegemonia neoliberal e a não-organização de segmentos significativos dos trabalhadores e coopta a quase totalidade dos setores organizados, favorecendo sua regressão político-programática para o nível do corporativismo e da estatolatria.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Populismo, lulismo, neoliberalismo			
ABSTRACT			
<p>Populism is a political form of bourgeois domination own agrarian societies in transition to capitalism and the urban-industrial world. In Brazil is relatively consensual understanding that the period 1930-1964 was defined by political populism, despite varied political experiences that gave rise. After 1964 the populist practices functioned in different ways and around distinct political leaders as a supplementary means of bourgeois domination. Under the hegemony of neoliberal practices are operationalized as populist forms of political legitimation and co-optation of the working classes in favor of a regressive and conservative perspective, which, however, won a democratic veneer-distributive due to concentrating characteristic and clientelist historically assumed by state interventionism Brazil. The "Lulism" emerges as a particular kind of neoliberal populism, which resets the neoliberal hegemony at the time that bare the illusory content brand of democratic distributive policies, restoring statolatry the masses and political personalism as yet not seen since the 1964 coup. By radicalizing compensatory social policies and support the Brazilian sub-imperialism, governments PT raised the restoration of a speech distributive and "developmental" that favors the parallel and the resemblance to the historical experience of classic populism. So if this had a reformist character, populism Lula has a regressive character, it reinforces neoliberal hegemony and non-organization of significant segments of workers and co-opts almost all organized sectors, favoring its regression to the political-programmatic level corporatism and statolatry.</p>			
KEYWORDS			
Populism, Lulism, neoliberalism			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

Introdução.

O populismo é uma forma política de dominação burguesa própria das sociedades agrárias em processo de transição para o capitalismo e a sociedade urbano-industrial. Na América Latina esta forma política adquiriu sua feição clássica, com dinâmica e organicidade tais entre as décadas de 1930 e 1960 que suscitaram o desenvolvimento do conceito de populismo e de uma teoria explicativa a ele associada pelas ciências sociais latino-americanas. No Brasil é consensual entre autores de variadas posições teórico-metodológicas a compreensão de que o período iniciado com a Revolução de 1930 e encerrado pelo golpe civil-militar de 1964 foi definido politicamente pelo populismo, apesar das diversas fases por que passou nestas três décadas e meia e das experiências políticas distintas a que deu origem.

Mesmo após o golpe de 1964 é possível detectar a existência de práticas populistas funcionando de diversas maneiras e em torno de distintas lideranças políticas, como meios complementares da dominação burguesa, apesar de todas as mudanças políticas e sociais por que passou o país. Neste sentido, é possível afirmar que mesmo sob a hegemonia neoliberal, quando o Estado perde grande parte de sua capacidade intervencionista e reguladora, as práticas populistas continuam operando, adquirindo maior ou menor operacionalidade a depender do modo concreto como a direção política das classes dominantes é exercida. Grosso modo, sob a hegemonia neoliberal as práticas populistas são operacionalizadas como formas de legitimação política e cooptação das classes trabalhadoras em favor de uma perspectiva regressiva e conservadora, pautada pelo aprofundamento da dependência ao capital imperialista, pela redução ou mesmo desmantelamento do intervencionismo estatal e pela desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas. Porém, guardadas as diferenças com o período do populismo clássico, algumas de suas características centrais se mantêm, principalmente a relação “estatolatra” alimentada por segmentos significativos das classes trabalhadoras com a política e a compreensão de seus interesses específicos, conferindo atualidade ao conceito de populismo.

Na atual configuração da dominação burguesa no Brasil o chamado “lulismo”, desenvolvido desde 2003 pelos governos do PT (Partido dos Trabalhadores), se apresenta como atualização das práticas populistas, pois repõe em novas bases mecanismos de cooptação e legitimação típicos do populismo clássico, operando assim como mecanismo fundamental para o aperfeiçoamento da hegemonia neoliberal. No texto a seguir abordaremos de forma introdutória alguns aspectos deste processo.

1- Populismo clássico e dominação burguesa: entre o transformismo e a mobilização.

Como forma política da dominação burguesa própria da transição para o capitalismo e a sociedade urbano-industrial no Brasil, e em diversos países da América Latina, o populismo se configurou como principal mecanismo de cooptação e de legitimação do Estado burguês e do projeto de industrialização sobre as classes trabalhadoras e as classes subalternas, em geral, entre as décadas de 1930 e 1960, a ponto de definir a natureza política dos governos nacionais. Como sucedâneo próprio da crise de hegemonia desencadeada pela transição da sociedade agrária para a sociedade urbano-industrial, o populismo operou no vácuo político por ela aberto permitindo uma postura “arbitral” do governo sobre as diversas classes burguesas e o desencadeamento de políticas favoráveis às classes subalternas. No Brasil esta forma política passou por diversas etapas e conjunturas, determinadas pela dinâmica da luta de classes, e adquiriu feições variadas, indo da ditadura de classes aberta, como durante o período 1935/37-1945, ao desenvolvimento legal de mecanismos de mobilização e organização populares de grande importância, como durante o período 1945-1964. Esta situação determinou que o conceito de populismo fosse objeto de intensa polêmica nas ciências sociais, sendo desenvolvido por perspectivas teórico-metodológicas variadas, e mesmo incongruentes, adquirindo uma forte carga polissêmica.

Para uns, suas características explicativas fundamentais são o personalismo político e a liderança carismática, reveladoras do peso das estruturas políticas tradicionais, do atraso econômico-social e do caráter inconcluso e não-democrático dos processos de modernização capitalista dos países periféricos marcados pelo populismo. Nesta perspectiva destaca-se a supremacia do Estado sobre a sociedade civil, com evidentes prejuízos para a autonomia e a liberdade individuais, o associativismo político e mesmo para a economia de mercado. Para outros o que se sobressai são os processos de modernização com base na industrialização por substituição de importações, no intervencionismo estatal e na urbanização, paralelos à emergência política das classes trabalhadoras urbanas e à adoção de políticas sociais baseadas em legislação social e trabalhista e no sindicalismo de Estado. Nesta perspectiva o populismo apresenta um conteúdo reformista e progressista, apesar de dirigido pelos interesses do bloco no poder. Outros ainda contestam seu significado teórico por considerá-lo demasiadamente “contaminado” pelo debate político-ideológico, por obscurecer o real protagonismo político social assumido pelos trabalhadores e suas organizações, além de expressar gama tão variada de situações que compromete sua força explicativa. De fato, no Brasil foram identificadas como populistas experiências tão distintas quanto o varguismo (Getúlio Vargas), o ademarismo (Ademar de Barros), o janismo (Jânio Quadros), o “arraismo” (Miguel Arraes) e o janguismo (João Goulart); na América Latina destacam-se o battlismo (Uruguai), o peronismo (Argentina) e o cardenismo (México), entre outros.

Entre os que o consideram um conceito válido o debate sobre as características fundamentais do populismo se entrecruza com aquele acerca de seu conteúdo político. As situações variadas por que passou a experiência populista no período 1930-1964 levaram os analistas do populismo a oscilarem, fundamentalmente, entre duas caracterizações acerca de seu conteúdo político: como mecanismo de manipulação e cooptação das classes trabalhadoras e como expressão de sua integração ao sistema político e das formas de mobilização, pressão e reivindicação sobre o Estado e o capital possíveis nas circunstâncias de desencadeamento do processo de industrialização e urbanização. Em todas elas encontram-se os dois pares do binômio manipulação/integração, porém o que varia é o peso atribuído a cada um deles e, conseqüentemente, o juízo político sobre o populismo. A primeira destaca o controle estatal sobre as organizações dos trabalhadores, a disseminação da ideologia trabalhista de harmonia e conciliação de classes e da ideologia nacional-desenvolvimentista, o carisma e o paternalismo exercidos pelos chefes políticos burgueses, a começar por presidentes da República como Vargas, Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart, mas com desdobramentos em lideranças políticas regionais e mesmo locais; elementos que impediriam os trabalhadores de adquirirem autonomia política e lutarem por um projeto histórico próprio, ao invés disso, orbitando em torno do projeto burocrático-burguês. Nisto reside uma operação transformista de largo fôlego exercida sobre o conjunto das classes populares e seus movimentos sociais. A segunda destaca o recente passado rural da maior parte dos segmentos do proletariado industrial brasileiro nos anos 30 e 40, a presença de elementos da ideologia política coronelista, sua pouca experiência político-organizativa e o caráter socialmente limitado de suas organizações, tornando o populismo a forma possível para a obtenção de direitos sociais, trabalhistas e mesmo políticos naquelas circunstâncias.

No debate político-acadêmico prevaleceu a primeira caracterização, mobilizada à direita e à esquerda para justificar as posições críticas a respeito do nacional-desenvolvimentismo, do trabalhismo e da experiência democrática de 1946-1964. À direita denunciando o populismo como demagogia e expressão da imaturidade política das “massas”, numa perspectiva liberal antipopular e autocrática; à esquerda criticando a passividade e o reformismo das organizações dos trabalhadores e propugnando a superação revolucionária desta situação. No sentido contrário, a segunda caracterização deu origem à uma perspectiva que foi mobilizada para defender a pertinência do reformismo e da aliança dos trabalhadores com as frações “progressistas” ou “anti-fascistas” da “burguesia nacional”, justificando a composição política das forças de esquerda com as forças liberal-democráticas. Por falta de espaço não vamos entrar aqui no debate sobre a pertinência ou não de cada uma das interpretações acerca do populismo e de seus respectivos desdobramentos em termos teóricos e políticos, particularmente no tocante às relações entre Estado e sociedade civil e

ao problema do caráter dos movimentos e organizações populares¹. Reteremos fundamentalmente os elementos do populismo clássico que permitem a identificação das práticas populistas em períodos posteriores e sua comparação com o populismo neoliberal, em especial com o lulismo, quais sejam, o caráter da ideologia populista, a relação estatolatra entre a burocracia de Estado e as classes populares, a relação entre populismo, direitos sociais e desenvolvimento econômico e a relação entre populismo e organizações populares.

Em nossa perspectiva entre as décadas de 1930 e 1960 desenvolveu-se no Brasil o tipo clássico de populismo, como forma principal da dominação política burguesa, definindo o conteúdo político dos governos do período. Enquanto tipo específico de ideologia e de prática política estatista, apresentada sob uma capa ideológica “nacionalista”, o populismo baseou-se no apelo das lideranças estatais às classes subalternas e na adoção de práticas políticas concernentes ao mesmo, criando uma relação de identificação política entre ambos, pretensamente baseada em interesses comuns, interesses “nacionais”, contra os “ricos”, os “tubarões”, os “inimigos do povo”, os “entreguistas”, os “monopólios estrangeiros”, etc., e assim desorganizando os setores populares enquanto classe e organizando-os enquanto “massa” politicamente representada pela burocracia estatal. Do que resulta um sistema partidário “fraco”, pautado por partidos, marcados por forte dependência do Estado, relativamente incapazes de determinar a ação governamental (“inércia partidária”) e de relação inorgânica com sua base eleitoral. Desta situação ressalta o fenômeno do personalismo político em torno da liderança estatal, geralmente em torno do presidente da República, que nada mais é do que a manifestação mais visível da identidade entre as classes subalternas e a burocracia de Estado, mas que por conta de sua visibilidade cria a impressão de que expressa a essência do populismo clássico e das práticas populistas, em geral. Na verdade esta reside na capacidade de cooptação e manipulação das classes subalternas urbanas (pequena burguesia, trabalhadores assalariados em geral, operariado fabril), e mais tarde rurais (trabalhadores rurais, pequenos proprietários), pelo Estado em favor de um projeto de desenvolvimento capitalista pautado pela industrialização por substituição de importações, pelo fortalecimento da economia nacional, pelo forte intervencionismo estatal nas esferas da produção, do financiamento e do planejamento econômico e na regulação das relações entre capital e trabalho. A base material do controle político sobre as classes subalternas urbanas, tratadas como massa popular, residia institucionalmente na legislação social trabalhista e no sindicalismo de Estado e economicamente no processo de desenvolvimento capitalista e na integração das classes populares ao mercado capitalista e à sociedade urbana (BOITO JR., 2005, p. 19-46). Mais tarde, a extensão dos direitos trabalhistas ao

¹ - Para o debate sobre as distintas conceituações e interpretações do populismo no Brasil e na América Latina ver Aggio, 2007, p. 137-164; Ianni, 1989; Boito Jr., 2005, p. 19-46 e Kayser, 2012.

campo, o direito de sindicalização e a proposta de reforma agrária constituíram esta base sobre as classes subalternas rurais (IANNI, 1967, p. 73-90).

Esta forma de dominação política baseou-se numa “ideologia estatista”, de matriz pequeno-burguesa, marcada pela crença na autonomia absoluta e no poder protetor do Estado, num “fetiche do Estado” em que as classes populares identificam-se com a burocracia civil e militar do Estado por acreditar que as políticas aplicadas em seu favor são adotadas como atos de vontade do governante, como “concessões”, independentemente da correlação de forças e do poder de pressão da luta popular (BOITO JR, 2005, p. 22-30). Assim, o populismo atrai o apoio político das classes subalternas ao Estado e à burocracia estatal de modo instável e inorgânico, pois não baseado no consenso ativo junto à suas organizações independentes e autônomas, mas na tutela estatal e no consenso passivo.

Ampliando esta conceituação, diríamos que o populismo se baseia numa relação estatolatra entre as classes subalternas e o Estado, com impactos diretos em sua capacidade e formas de organização e mobilização. Este conceito foi exposto por Gramsci em 1931-32, numa breve nota dos *Cadernos do Cárcere*, de modo curto e lacônico. No entanto, considerando o sentido militante da elaboração teórica gramsciana, é possível afirmar que a advertência final indica que seu alvo analítico direto é o processo de instalação do stalinismo na União Soviética, o que não nos impede de estender a aplicabilidade deste conceito à outras experiências políticas como o fascismo e o populismo. De acordo com Gramsci, “dá-se o nome ‘estatolatria’ a uma determinada atitude em relação ao ‘governo dos funcionários’ ou sociedade política, que, na linguagem comum, é a forma de vida estatal a que se dá o nome de Estado e que vulgarmente é entendida como todo o Estado” (GRAMSCI, 2000, p. 279). Esta atitude é a de identificação entre o Estado e os indivíduos de um grupo social, que pode ser “necessária” e mesmo “oportuna” em determinados períodos para aqueles “grupos sociais que antes da elevação à vida estatal autônoma, não tiveram um longo período de desenvolvimento cultural e moral próprio e independente”. Nestas situações a “‘estatolatria’ é apenas a forma normal de ‘vida estatal’, de iniciação, pelo menos, à vida estatal autônoma e à criação de uma ‘sociedade civil’ que não foi possível historicamente criar antes da elevação à vida estatal independente” (*idem, ibidem*). Ou seja, a estatolatria é mais do que o resultado da intenção e capacidade da burocracia e dos grupos dirigentes, do “governo dos funcionários”, apelarem para as massas em favor de determinados projetos políticos, mas a expressão política de toda uma situação histórica em que os grupos sociais submetidos à estatolatria ainda não foram capazes de se organizar política e ideologicamente de maneira autônoma, criando seus próprios aparelhos de hegemonia, criando sua própria “sociedade civil”. Daí a impressão de que a luta política se resume ao âmbito da sociedade política e à ação dos “funcionários”. Se para

Gramsci a relação estatolatra é um resultado histórico, mais do que um ato de vontade, e pode mesmo ser vista como momento político necessário no processo de auto-constituição dos grupos sociais como classe, este momento deve ser superado para que tal objetivo seja conquistado, para que a “sociedade civil” desta *classe em si* seja construída e a questão da hegemonia para ela se coloque, tornando-a *classe para si*. Daí a advertência apresentada no final da nota:

“Todavia, tal ‘estatolatria’ não deve ser abandonada a si mesma, não deve, especialmente, tornar-se fanatismo teórico e ser concebida como ‘perpétua’; deve ser criticada, exatamente para que se desenvolvam e se produzam novas formas de vida estatal, em que a iniciativa dos grupos e indivíduos seja ‘estatal’, ainda que não se deva ao ‘governo dos funcionários’ (fazer com que a vida estatal se torne ‘espontânea’)” (Gramsci, 2000, p. 280).

No caso do populismo a estatolatria se manifesta tanto na ideologia estatista, quanto nos aparelhos políticos populistas, como o sindicalismo de Estado, a justiça do trabalho, os partidos populistas, as associações populares sob tutela estatal, e nas práticas populistas. Em termos gerais, o fundamento material da estatolatria no populismo clássico é o caráter “reformista” de suas políticas, pois inseridas num processo de transição para o capitalismo que implicou no robustecimento da acumulação de capital interna, no desenvolvimento econômico nacional, na criação da legislação social e trabalhista e na integração política das classes populares, mesmo que de modo subalterno, como base política e social de massa (BOITO JR., 2005, p. 22-30). É fato que este reformismo deve ser comparado com a situação anterior à 1930 e concebido nos marcos de uma revolução burguesa desdobrada como *contra-revolução preventiva e prolongada* e num *modelo autocrático-burguês de transformação capitalista*, conforme formulação de Fernandes (1987, p. 289-366), assentados na conciliação e acomodação de interesses entre as classes burguesas modernas e tradicionais, apesar de suas contradições, na exclusão ou manipulação política dos trabalhadores, na super-exploração do trabalho, na dependência econômica e na concentração de renda e poder, o que confere a este reformismo um caráter limitado em abrangência e profundidade quando comparado com outras experiências de reformismo burguês como o *welfare state* na Europa Ocidental e o governo Roosevelt nos EUA.

Porém, o caráter reformista do populismo clássico e a situação de crise de hegemonia no qual operou, em função das contradições inter-burguesas, é o que permite às classes subalternas, principalmente às classes trabalhadoras, mobilizarem-se e organizarem-se no interior destes aparelhos de modo relativamente autônomo e “apropriarem-se” relativamente deles, conferindo-lhes progressivamente um conteúdo político próprio, contraditório com a própria tutela estatal. É fato

que o populismo hegemonizava um conjunto variado de classes, primeiramente as chamadas classes médias urbanas, incluindo-se aí a pequena burguesia e os segmentos melhor remunerados do proletariado composto pelos trabalhadores não-manuais do setor de serviços, o núcleo duro da massa populista por conta de sua posição na estrutura de classes da sociedade capitalista e pelos benefícios obtidos com o crescimento do aparato de Estado (BOITO JR, 2005, p. 22-30; MARINI, 2000, p. 76). No entanto, o populismo só adquiriu a importância que teve para a dominação burguesa no período 1930-1964 porque hegemonizou também as demais classes proletárias, do operariado fabril até os trabalhadores rurais, passando por um contingente amplo e variado de trabalhadores assalariados submetidos à relações de trabalho precárias e inseridos de modo limitado e instável no sistema direitos trabalhistas/sindicalismo de Estado. Com estas classes proletárias o populismo clássico tinha uma relação contraditória enquanto forma política principal da dominação burguesa, por conta da posição central destas classes no conflito entre capital e trabalho e de sua trajetória histórica de organização e mobilização.

O caráter *reformista* e *progressivo* do projeto político do populismo clássico exigiu a mobilização das classes populares, principalmente do proletariado, por conta da própria situação de crise de hegemonia e das contradições inter-burguesas vivenciadas no período, porém, através de mecanismos de mediação política que foram adquirindo organicidade e “vida própria” ao ponto de veicularem demandas políticas anti-populistas, numa perspectiva de superação da tutela estatal e de autonomia política e ideológica. Esta situação contraditória é perceptível no período 1945-64 em aparelhos populistas como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que vai assumindo uma orientação crescentemente radicalizada à esquerda conforme vai ganhando densidade organizativa e eleitoral, e o próprio movimento sindical, em que setores significativos passam a questionar a tutela estatal e a reivindicar a autonomia sindical, particularmente no movimento do operariado fabril, mas também no movimento sindical rural. Já nos anos 30 o movimento operário havia resistido duramente à tutela estatal sobre os sindicatos, quando o sindicalismo de Estado foi implantado. No início dos anos 60 este posicionamento reaparece no sindicalismo urbano e aparece no sindicalismo rural, colocando o próprio populismo em crise, porém sofrendo um brusco revés com o golpe de 1964, apesar de ainda podermos vislumbrar uma perspectiva contrária ao sindicalismo de Estado em importantes setores sindicais nas greves de 1967-68 (MACIEL, 2004, p. 27-84 e IANNI, 1967, p. 73-90).

Pode-se tirar duas conclusões desta situação. A primeira é a de que o populismo clássico era perpassado pela contradição fundamental de ter suas bases políticas solapadas conforme seu projeto de desenvolvimento capitalista ia sendo aplicado, criando as condições para a ação independente e autônoma das classes trabalhadoras. A segunda é a de que apesar da forte penetração da ideologia

estatista de matriz pequeno-burguesa na classe operária, foi desta que partiu a perspectiva de superação do populismo e da tutela estatal, ainda nos anos 60 e mesmo depois, como ressalta Boito Jr. (2005, p. 19-45) ao analisar a postura da CUT e do PT no início dos anos 80. Podemos então afirmar que o populismo clássico operou entre o transformismo sobre o movimento dos trabalhadores e a criação de condições favoráveis à sua mobilização e que a Ditadura Militar foi a resposta do bloco no poder às contradições e limites do populismo como forma predominante da dominação burguesa. Neste sentido, no populismo clássico a estatolatria tendeu a apresentar o sentido de provisoriedade e caducidade indicado por Gramsci devido à crítica exercida pelo próprio movimento operário em processo de autonomização, violentamente contraditado pelo golpe de 1964.

2- Neoliberalismo e populismo.

De acordo com Boito Jr. (2005, p. 42-43) as práticas políticas populistas sobreviveram mesmo depois que o populismo clássico foi definitivamente derrotado pelo golpe de 1964 e pela Ditadura Militar. Em sua avaliação, a sobrevivência do populismo se deveu à persistência entre os trabalhadores de uma memória política marcada por uma lembrança mítica dos governos populistas e à manutenção dos aparelhos políticos baseados no mito do Estado protetor, contribuindo para a reprodução da ideologia populista. O janismo (Jânio Quadros) e o brizolismo (Leonel Brizola), ao que acrescentaríamos o irismo (Iris Rezende) em Goiás, são exemplos desta sobrevivência.

Em nossa avaliação a sobrevivência desta memória política e dos aparelhos populistas pode ser explicada pela dinâmica assumida pelo Estado autocrático-burguês e pelo capitalismo brasileiro a partir de 1964, o que também explica, em parte, a sobrevivência do populismo no período neoliberal. Ao dar delineamentos definitivos à autocracia burguesa no Brasil a Ditadura Militar criou ou consolidou determinados elementos da institucionalidade política que permitiram a sobrevivência da ideologia estatista de tipo populista nas classes subalternas. Em primeiro lugar, ao estabelecer a supremacia do poder Executivo sobre os poderes Legislativo e Judiciário, concentrando grande poder decisório na presidência da República, contribuiu para reforçar o personalismo político em torno da figura do presidente e a identificação das massas populares com a burocracia estatal, a depender da situação política. Em certa medida esta relação transferiu-se para governadores de estado e prefeitos, apesar de seu muito menor poder decisório no contexto da Ditadura. Em segundo lugar, é preciso lembrar que, apesar do discurso antipopulista, o governo militar não aboliu a tutela estatal sobre os sindicatos, apenas reforçou-a de modo repressivo, e nem a legislação trabalhista; ao contrário, estes foram expandidos para o universo rural com a manutenção do Estatuto do Trabalhador Rural e a ampliação dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Em terceiro lugar, com a Lei Orgânica dos Partidos e o bipartidarismo a Ditadura Militar consolidou o caráter “institucional” dos partidos políticos, ou seja, formalizou e definiu seu funcionamento como braços do Estado junto à sociedade, organizações políticas mais dependentes da ocupação do aparelho estatal para se reproduzir do que de sua capacidade de mobilização social. Disto resulta estruturas partidárias que corroboram a “inércia partidária”, pois fortemente burocratizadas, ideologicamente fluídas, programaticamente inorgânicas e propensas à reprodução de uma ideologia estatista; características também presentes nos partidos populistas por conta do populismo e que agora são institucionalizadas. Com o pluripartidarismo é possível perceber claramente esta perspectiva em partidos como o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PTB, que se reivindicavam herdeiros do varguismo e do antigo PTB, e mesmo no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) (MACIEL, 2004, p. 207-278).

Além destes elementos estruturais, há que se considerar que a política econômica claramente orientada para o favorecimento do capital monopolista e para a concentração de renda, a forte repressão sobre o movimento dos trabalhadores, particularmente o movimento sindical, e o arrocho salarial prolongado favoreciam o “saudosismo” em relação ao período dos governos populistas entre as classes populares. Finalmente, a própria interrupção do processo de autonomização do movimento operário pelo golpe e pela Ditadura Militar contribuiu para a sobrevivência das práticas populistas ao impedir que os trabalhadores ultrapassassem seu horizonte político. Neste sentido, mais do que um resquício fora de lugar, a sobrevivência das práticas populistas no período pós-1964 são uma consequência da nova situação política. O processo de substituição da institucionalidade autoritária pela institucionalidade democrática viabilizado pela transição política transcorrida entre 1974 e 1989 não aboliu estes elementos da autocracia burguesa herdados da Ditadura Militar, apenas reformou-os, mantendo sua afinidade com a perspectiva estatolatra de apelo às massas populares pelas lideranças políticas (MACIEL, 2012).

A compreensão disto é importante, pois ajuda a explicar a reprodução do populismo nos marcos da hegemonia neoliberal. Em nossa avaliação os elementos estruturais da autocracia burguesa reformada indicados acima foram mobilizados por lideranças neoliberais como Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso para dirigir um apelo direto às massas populares em defesa de seus programas de governo. A sobrevivência da ideologia e das práticas políticas populistas no período posterior à transição democrática, anos 90, já marcado pela construção e consolidação da hegemonia neoliberal evidencia que o populismo adquiriu novo conteúdo político, reproduzindo-se em novas bases. Nesta situação, em específico, em bases inversas às do populismo clássico, pois se o primeiro foi baseado no intervencionismo econômico estatal, no fortalecimento da economia nacional e na legislação social e trabalhista, o segundo buscou basear-se justamente no

estreitamento ou mesmo no dismantelamento destes elementos. Ou seja, no neoliberalismo as práticas populistas dos governos e das lideranças políticas buscam atrair a adesão das classes populares para as políticas neoliberais, não para políticas de caráter nacionalista ou desenvolvimentista. Sob a hegemonia neoliberal as práticas populistas não deixam de existir como formas de legitimação política e de cooptação das classes trabalhadoras, apesar de serem reconfiguradas num novo cenário e sob novas condições.

Segundo Saes (2001, p. 71-80) e também Boito Jr. (2005, p. 243-261), sob o neoliberalismo as práticas populistas são mobilizadas numa perspectiva regressiva e conservadora, pautada pelo aprofundamento da dependência econômica, pela redução ou mesmo dismantelamento do intervencionismo estatal e pela desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas. Dirigindo um apelo às classes subalternas as lideranças neoliberais retomam a polaridade entre “ricos” e “pobres” e a denúncia dos “inimigos do povo” própria do populismo clássico, desta vez contrapondo-as aos servidores públicos, ao movimento sindical, à esquerda social e partidária; tidos como “marajás”, “privilegiados”, “retrógrados” e ou detentores e defensores de direitos “corporativistas” e por isto, injustos. Assim justifica-se ideologicamente a abertura econômica, a privatização das empresas estatais, o corte de gastos sociais do Estado e a desregulamentação e flexibilização dos direitos trabalhistas. O discurso de que estas políticas possuem um conteúdo redistributivo e modernizador ganha adesão popular devido ao caráter extremamente concentracionista, anti-popular e pró-monopolista assumido pelo intervencionismo estatal durante a Ditadura Militar e pelo caráter restrito e limitado dos próprios direitos sociais e trabalhistas desde sua implantação. Esta realidade tornou os setores pauperizados das classes subalternas indiferentes à defesa do intervencionismo econômico e social do Estado, justamente pelas restritos benefícios que dele recebeu ao longo do tempo. Assim, os setores pauperizados tornaram-se parte da base social de massa que elegeu e apoiou os governos neoliberais de Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

Assim, o neoliberalismo favorece o populismo nos países capitalistas periféricos por que estimula o ódio dos pobres ao intervencionismo estatal, quebra a resistência organizada dos trabalhadores e favorece o personalismo político como expressão do individualismo liberal. O fato de que tais políticas também são concentracionistas e anti-populares confere à ideologia populista sob o neoliberalismo um conteúdo regressivo e conservador. Nestes termos, é de se supor que o populismo neoliberal se esgote e perca eficácia na medida em que o programa neoliberal é aplicado e seu conteúdo regressista e conservador vêm à tona. No entanto, o populismo neoliberal sobreviveu à aplicação do programa neoliberal extremado durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998); quando o impacto francamente negativo de suas políticas já se fazia sentir sobre as classes trabalhadoras. Ao contrário, o apelo populista aos setores pauperizados foi

fundamental para garantir o apoio popular à sua reeleição, em nome da manutenção da estabilidade monetária e do Plano Real.

Em nossa avaliação isto indica que por mais que o populismo neoliberal tenha um conteúdo conservador e regressista, o apoio popular ao programa neoliberal não se limita apenas aos seus efeitos ideológicos, precisa se assentar em algum tipo de benefício concreto. É fato que a compreensão da vitória ideológica do neoliberalismo deve levar em conta a incapacidade da esquerda, principalmente a socialista, em contrapor-se ao discurso dominante e disputar efetivamente a hegemonia com um projeto político alternativo, mas acreditamos que o sucesso político do populismo neoliberal também se baseia em políticas que bem ou mal atendem aos interesses das classes subalternas, particularmente os setores mais pauperizados, nas condições do “deserto neoliberal” (ANTUNES, 2004). Sob Fernando Collor predominaram os elementos ideológicos, com a apelação messiânica e a “falsificação da ira” se sobrepondo à políticas sociais efetivas (OLIVEIRA, 1992), o que talvez explique a indiferença dos “descamisados” ao destino de seu governo durante a crise do *impeachment*. No entanto, com Fernando Henrique Cardoso há que se considerar a importância de determinadas iniciativas como o Plano Real e as políticas sociais compensatórias.

Em termos conjunturais deve ser considerado o impacto positivo causado no poder aquisitivo dos trabalhadores de baixa renda pelo fim da inflação. Mesmo não tendo ocorrido um processo de distribuição de renda, com a adoção de políticas efetivamente distributivas e de valorização da renda salarial, ao contrário, ainda assim o fim da escalada inflacionária teve um efeito positivo para os trabalhadores por quase dois anos após a implantação do Plano Real, em julho de 1994 (FILGUEIRAS, 2000, p. 117-147). Este impacto foi decisivo para garantir a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994 e seus efeitos ideológicos ainda puderam se sentir mesmo nas eleições de 1998, quando o candidato à reeleição apresentou-se como o fiador da continuidade do Plano Real. Paralelamente o governo Fernando Henrique Cardoso criou uma série de políticas sociais “compensatórias” que buscaram atenuar os efeitos mais perversos do receituário neoliberal, como o desemprego, a reforma da previdência e a precarização dos serviços sociais públicos. Segundo publicação editada pela Presidência da República que faz um balanço da gestão Fernando Henrique Cardoso desde a implantação do Plano Real, quando este ainda era ministro de Itamar Franco (BRASIL, 2002), foi criada uma “rede de proteção social” que concedeu “37,6 milhões de benefícios regulares para os mais pobres” (p. 43) e que envolveu diversos programas de assistência social e de transferência de renda aos setores sociais pauperizados como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Brasil Jovem, o Bolsa Qualificação, o Benefício de Prestação Continuada, a Renda Mensal Vitalícia, além do

Abono Salarial Pis/Pasep, do Seguro Desemprego, do Seguro Safrá e das Aposentadorias e Pensões Rurais (p. 43-49). Em 2002 o governo criou o Cartão Cidadão, cartão bancário que unificou todos os benefícios sociais numa só conta, facilitando o saque dos recursos. Segundo o documento do governo o Cartão Cidadão “é um golpe no clientelismo”, pois “não há intermediários”, assim “as mães não precisam ficar devendo favores aos políticos locais”, além de ser “um golpe na corrupção”, pois “não há risco de desvio do dinheiro” (p. 61).

Aqui revela-se uma faceta importante e distintiva do populismo neoliberal em relação ao populismo clássico, pois o acesso aos benefícios concedidos pelo Estado não sofre qualquer mediação de organizações políticas e sociais como os partidos e sindicatos. Sob o argumento de que esta fórmula “é um golpe no clientelismo”, na verdade o que se cria é uma relação de identificação direta entre os setores pauperizados e o Estado que dispensa mecanismos de mediação e mobilização política e social, reforçando o personalismo político, a despolitização e a desorganização das classes populares enquanto tais e assim afastando o risco de que estes mecanismos pudessem ganhar um conteúdo crítico e ultrapassar a perspectiva populista. Outro elemento importante a se considerar é que as políticas sociais compensatórias, particularmente aquelas baseadas na transferência de renda, não só não negam, como complementam a perspectiva neoliberal.

Surgida no âmbito da esquerda com finalidades distributivas, pois defende que o Estado reparta parte da riqueza social que amealha por meio do sistema tributário e de suas empresas com os segmentos sociais mais necessitados, a proposta de renda mínima foi historicamente defendida pelo PT, chegando a ser aplicada em algumas das gestões estaduais e municipais petistas nos anos 90 (WEISSHEIMER, 2010, p. 54-60). No entanto, foi capturada pelos governos neoliberais como um mecanismo decisivo no controle político e ideológico dos conflitos sociais. Isto porque permite atenuar os efeitos sociais mais danosos de suas políticas concentracionistas e desigualitárias sem que seja preciso ampliar e aprofundar os direitos sociais e trabalhistas, contornando assim o descontentamento popular e mantendo o imperativo neoliberal de eliminação dos controles políticos sobre a movimentação do capital. Ao contrário, na prática as políticas sociais compensatórias funcionam como o outro lado da moeda do processo de corte de gastos sociais e de desregulamentação e flexibilização dos direitos trabalhistas.

Finalmente, as políticas de transferência de renda cumprem um papel político e ideológico decisivo na hegemonia neoliberal, qual seja o de desviar os trabalhadores da disputa pela mais-valia social no interior da própria relação salarial, ou seja, no âmbito do conflito direto entre capital e trabalho, para a expectativa de repartição dos recursos públicos sob a mediação da burocracia de

Estado. Os efeitos disto na desmobilização e na despolitização dos trabalhadores é direto e imediato, reforçando a identidade entre classes subalternas e burocracia e o próprio mito do Estado protetor. Deste modo, não há concessão ou desvio ideológico algum dos governos neoliberais quando executam políticas sociais compensatórias ou programas de transferência de renda, pois tais procedimentos adquirem um papel decisivo na reprodução da hegemonia neoliberal.

Complementando a “rede de proteção social” o governo Fernando Henrique criou e patrocinou o programa Comunidade Solidária, presidido pela primeira-dama Ruth Cardoso, e que se define como um programa que “busca parcerias contra a pobreza” a partir da “constatação de que a sociedade civil contemporânea se apresenta como parceira indispensável de qualquer governo no enfrentamento da pobreza e da exclusão social”, inaugurando “um novo tipo de mobilização social no Brasil” (BRASIL, 2002, p. 161). Este “novo tipo de mobilização social” envolveu empresas, 423 até dezembro de 2001, segundo o documento (p. 161), e entidades do “setor privado sem fins lucrativos (Terceiro Setor)” para “gerar recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para combater com eficiência a pobreza e a exclusão social”, ou seja, captar recursos junto ao Estado e às empresas (privadas e estatais) para financiar projetos como Universidade Solidária, Alfabetização Solidária, Capacitação Solidária, Artesanato Solidário, Rede Jovem e voluntários voltados para a assistência social, a educação e qualificação de jovens e adultos, além de empreendimentos econômicos envolvendo comunidades e pequenos produtores. Por sua vez, gerenciados por entidades “sócio-culturais” criadas pelas próprias empresas para reduzir impostos ou por entidades “filantrópicas”, que sobrevivem do acesso a recursos públicos ou oriundos de agências internacionais de cooperação, da iniciativa privada, da venda de produtos e serviços ou de doações (FONTES, 2010, p. 285). Finalmente, deve ser imputado ao rol das políticas sociais compensatórias o programa e financiamento da casa própria, voltado para atender os setores pauperizados e financiado, basicamente, com recursos oriundos da renda salarial, como o FGTS e do FAT. Segundo o documento do governo, entre 1995 e 2002 foram atendidas mais de 2 milhões de famílias (BRASIL, 2002, p. 169-171).

Assim, tais políticas impactam de forma extremamente positiva na legitimação do governo e do próprio programa neoliberal junto às massas desorganizadas, com poder de irradiação ideológica para diversos outros setores sociais. Aqui se revela um outro ponto importante de distinção entre o populismo clássico e o populismo neoliberal: sua base social de massa. A pequena burguesia e as classes médias constituem-se como o núcleo duro da base social de massa do neoliberalismo, apesar do caráter predominantemente pró-imperialista, pró-monopolista e pró-capital financeiro de suas políticas. Porém, o neoliberalismo atende efetivamente os interesses de classe destes setores quando flexibiliza e desregulamenta direitos trabalhistas, reduzindo os custos de pequenas e médias

empresas com a força de trabalho, e assim permitindo sua sobrevivência num mercado crescentemente competitivo. Também quando corta gastos com os bens sociais públicos e o serviço público em nome do combate à corrupção, ao clientelismo e à ineficiência do Estado e aos pretensos “privilégios” dos servidores públicos, desobrigando estes setores de financiar sua ampliação e melhoramento e favorecendo a criação de uma “cidadania dual”. Esta baseada na segmentação entre os que podem acessar o setor privado de saúde, educação e assistência social e aqueles que dependem da rede pública (BOITO JR. 2005, p. 225-229). Esta situação torna o populismo neoliberal uma forma de cooptação menos importante para a obtenção do apoio destas classes sociais ao neoliberalismo, pois sua afinidade com aspectos do programa neoliberal é real, não ilusória. No entanto, contraditoriamente, o seu “ódio aos políticos” e à política reforça sua identidade com a burocracia de Estado na medida em que deslegitima a ação partidária e o próprio processo eleitoral, irradiando-se para outras classes sociais, particularmente o proletariado.

O proletariado só tem a perder com a aplicação do programa neoliberal (desregulamentação e flexibilização dos direitos trabalhistas, privatizações, cortes de gastos sociais públicos, desemprego, arrocho salarial), apesar do apoio de setores importantes do proletariado organizado ao neoliberalismo, como a Força Sindical. Porém, sua capacidade de organização e mobilização o torna relativamente imune ao populismo neoliberal. Por isto, é junto ao proletariado desorganizado que o populismo neoliberal surte os efeitos políticos e ideológicos mais importantes, particularmente entre os trabalhadores submetidos ao desemprego e/ou ao emprego precarizado do que sobre aqueles vinculados ao mercado de trabalho formal, apesar da fronteira entre economia formal e informal ter se relativizado na atual fase do capitalismo brasileiro (OLIVEIRA, 2003, p. 121-150). É junto a estes trabalhadores que as políticas sociais compensatórias adquirem centralidade como base material do populismo neoliberal, permitindo sua desorganização enquanto classe e a reprodução da estatolatria, particularmente quando os efeitos concentracionistas e desigualitários do programa neoliberal aparecem de maneira explícita, como na conjuntura de 2001 e 2002.

3- Lulismo e populismo.

Desde 2003 diversos analistas passaram a atribuir ao governo Lula ou à algumas de suas políticas um caráter populista ou neopopulista. Ao longo dos anos o debate se avolumou e a partir de 2009 o termo *lulismo* passou a freqüentar o debate político e acadêmico e a designar determinada relação política estabelecida entre o presidente e as classes subalternas². Numa conjuntura em que os índices de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva passaram a bater recordes

² - Para o debate sobre o conteúdo e o caráter do lulismo ver: Boito Jr., 2005, p. 223-261; Marques e Mendes, 2005, p. 143- 170; Oliveira, 2003, p. 257-287; Singer, 2010; Vários Autores, 2010, p. 5-19.

históricos e o governo do PT adquiria grande legitimidade em função das taxas de crescimento econômico e dos efeitos positivos de determinadas políticas sobre os níveis de emprego, sobre o mercado consumidor e com a melhoria dos níveis de renda dos segmentos mais pobres da população o lulismo parecia designar o renascimento do sentido reformista e progressista do populismo clássico. Ao final do seu segundo mandato não faltou quem o comparasse a Vargas como grande reformador e ainda o considerasse superior, por ter realizado a maior ruptura na História do Brasil em 80 anos sob regime democrático (SANTOS, 2011). Outros foram ainda além, identificando o governo do PT com experiências efetivamente reformistas, como o governo Roosevelt nos EUA (SINGER, 2012, p. 125-168), ou designando-o como social-desenvolvimentista (POCHMANN, 2010, p. 117-157).

Em nossa avaliação o caráter neoliberal moderado dos governos do PT, conforme já identificamos em outro lugar (MACIEL, 2005 e 2010), não nos permite referendar esta interpretação. Ao contrário, o lulismo se constitui como um tipo aperfeiçoado de populismo neoliberal, que repõe a hegemonia neoliberal em novas bases, numa qualidade superior, no momento em que se desnuda o conteúdo ilusório da marca distributivista de suas políticas, restaurando assim a estatolatria das massas e o personalismo político. Isto porque além de radicalizar e aprofundar as políticas sociais compensatórias, ampliando o arco de beneficiários e expandindo a influência “paternalista” e “protetora” do Estado, o lulismo se utiliza dos fatores relacionados à conjuntura econômica internacional favorável, à aplicação do programa neoliberal moderado (crescimento econômico, aumento dos investimentos estatais, melhoria da renda salarial, crescimento do mercado interno, redução da pobreza), à posição assumida pelas empresas imperialistas “brasileiras” (pois muitas delas são controladas na totalidade ou em sua maioria por capitais estrangeiros) na economia mundial e à nova posição desempenhada pela diplomacia brasileira no cenário internacional para revitalizar o discurso distributivista e “nacional-desenvolvimentista” que favorece o paralelo e a semelhança com a experiência histórica do populismo clássico (1930-1964). Ao mesmo tempo, o lulismo agrega ao neoliberalismo uma versão “plebéia” da ideologia do hiper-individualismo “yuppie” por meio do empreendedorismo, da glamourização da pobreza e da dignificação social por meio do consumo, não do trabalho (“eu sou brasileiro e não desisto nunca”, a ascensão da chamada “classe C”, o mito do fim da miséria, etc.). A própria trajetória pessoal do presidente e a imagem construída em torno de si favorecem estes componentes ideológicos. Finalmente, exerce uma influência passivizadora decisiva sobre as classes trabalhadoras organizadas, cooptando grande parte de suas organizações. Por questões de espaço não vamos tratar do impacto dos elementos acima indicados na configuração do populismo

lulista e da própria hegemonia neoliberal sob o governo Lula. Focaremos nossa análise nas políticas sociais compensatórias, que a nosso ver constituem a principal fonte alimentadora do lulismo.

As políticas sociais compensatórias constituíram-se como o eixo em torno do qual girou o lulismo como populismo neoliberal, particularmente os programas de transferência de renda. Neste plano o governo Lula ampliou e aprofundou radicalmente a “rede de proteção social” criada no governo Fernando Henrique Cardoso, dando-lhe maior centralidade e importância no âmbito das políticas governamentais. Desde o início do mandato, em 2003, percebe-se uma preocupação fundamental com o papel destas políticas no novo governo, manifesta na criação de uma infinidade de novos programas ou na ampliação de programas antigos. Tais procedimentos ocorrem numa conjuntura em que a hegemonia neoliberal sofria um sério abalo, em função da falência do neoliberalismo extremado e da consumação dos seus efeitos mais nocivos aos interesses da maior parte da população, principalmente dos trabalhadores. Esta crise momentânea na hegemonia neoliberal é o que permite a própria eleição de Lula em 2002, com base num programa neodesenvolvimentista moderado que prometia superar a orientação neoliberal no governo federal. No entanto, ao assumir o governo o PT abandonou o programa com o qual elegeu seu candidato, assumindo uma versão moderada do neoliberalismo e criando as condições para repor a hegemonia neoliberal em novas bases (MACIEL, 2005). A ampliação e aprofundamento das políticas sociais compensatórias fazem parte desta tentativa bem sucedida de reposição da hegemonia neoliberal, assumindo importância crescente neste processo ao longo dos anos.

Entre os programas vinculados às políticas sociais compensatórias destacam-se o programa “Fome Zero”, o programa Bolsa Família, o sistema de cotas raciais nas universidades públicas, o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e os programas e projetos da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Logo no início do mandato, em 2003, o governo fez grande alarde em torno do combate à fome e do direito de cada cidadão brasileiro “fazer três refeições por dia”, conforme definiu o presidente recém eleito no seu discurso de posse. Em torno do tema da chamada segurança alimentar e nutricional o governo Lula buscou substituir o Comunidade Solidária e criou o programa “Fome Zero”, que articula em torno de si a maior parte dos programas sociais do governo, como o Bolsa Família, o Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Construção de Cisternas, os restaurantes populares e os Centros de Referência de Assistência Social (Casas de Família). Tendo por objetivo a “superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero e raça;

na articulação entre orçamento e gestão e de medidas emergenciais com ações estruturantes e emancipatórias”, por meio do “Fome Zero” o governo federal busca se articular com os governos estaduais e municipais e com as entidades da sociedade civil para implementar “programas e ações que buscam superar a pobreza e, conseqüentemente, as desigualdades de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável”, conforme conceituação apresentada na página oficial do programa (FOME ZERO, 2013). A partir disto o governo federal organiza iniciativas das quais participam governos, empresas e entidades civis que garantam “o acesso à alimentação, a expansão da produção e o consumo de alimentos saudáveis, a geração de ocupação e renda, a melhoria na escolarização, nas condições de saúde, no acesso ao abastecimento de água, tudo sob a ótica dos direitos de cidadania” (*idem, ibidem*).

Apesar da perspectiva de apoio à pequena produção e à chamada “economia popular”, sempre condicionada pela lógica neoliberal da política econômica, e da ampliação do acesso aos serviços sociais básicos, o Fome Zero funciona fundamentalmente por meio da doação de alimentos e dinheiro. É evidente a semelhança do programa com iniciativas como a “Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida” e o próprio “Comunidade Solidária”, promovidas anteriormente por entidades “filantrópicas” e pelo governo federal no âmbito das políticas neoliberais que desqualificam o debate sobre a desigualdade social com o discurso da “pobretologia” e esvaziam a luta pela ampliação dos direitos sociais através de medidas de “alívio social” (FONTES, 2010, p. 255-301).

Dos programas com este perfil o mais importante e abrangente é o Bolsa Família. Sob o “guarda-chuva” do programa Fome Zero, o Bolsa Família foi criado em 2003 e unificou num só sistema de transferência de renda os benefícios sociais dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão do Cidadão com o intuito de agilizar o acesso e o controle dos recursos e reduzir a burocracia, em conformidade com o “golpe no clientelismo” pretendido pelo governo Fernando Henrique com a criação do Cartão do Cidadão. Destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o recurso é acessado por meio de um cartão bancário junto à Caixa Econômica Federal, após o cadastramento dos interessados pelas prefeituras, sem qualquer intermediação política por partidos, sindicatos ou associações. Além disso, o programa exige dos beneficiários que as crianças freqüentem a escola e estejam com a vacinação em dia, além de proibir o trabalho infantil e estimular o acesso a determinados direitos sociais por meio da associação com outros programas da “rede de proteção social” (WEISSHEIMER, 2010, p. 25-80).

Além da unificação dos programas de transferência de renda, a principal novidade do Bolsa Família foi a ampliação do contingente de beneficiados. Se em 2006 ele atendia 11,1 milhões de

famílias, em 2009 este contingente foi ampliado para 12,9 milhões, com aumento também do valor do benefício (*idem*, p. 35). Considerando-se que em média cada família é constituída por quatro pessoas, isto equivale a mais de 25% da população brasileira, ou seja, dos programas de assistência social do governo só o Bolsa Família atende aproximadamente 50 milhões de pessoas. Este é um número extraordinário, pois se levarmos em conta que os recursos do Bolsa Família tem um impacto importante na dinamização da economia local de pequenas cidades e localidades, sem falar na periferia das grandes cidades, estimulando o crédito, o mercado consumidor e a produção local, o arco de beneficiários diretos e indiretos do programa se amplia exponencialmente. Ora, como vimos anteriormente, em 2002 a “rede de proteção social” do governo Fernando Henrique Cardoso concedeu 37,6 milhões de benefícios, incluindo-se nesta soma determinados benefícios previdenciários, o seguro desemprego e o abono salarial, que não fazem parte do Bolsa Família. Deste modo, o Bolsa Família amplia enormemente o universo de beneficiários das políticas sociais compensatórias, gerando um efeito político decisivo no sistema político do lulismo: fundamentar a estatolatria e expandi-lo para parcelas significativas da população, criando uma relação de identificação política com o presidente que se manifesta principalmente no plano eleitoral. Apesar do enorme contingente de pessoas atendidas e do enorme ganho político para o governo e a hegemonia neoliberal, o Bolsa Família “custa pouco”, porém, politicamente vale muito. De acordo com dados do Portal da Transparência, entre 2004 e 2010 o governo federal destinou aproximadamente 67,34 bilhões de reais ao Bolsa Família, apenas 5,7% do total de recursos transferidos pelo governo federal no período (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2013). Pesquisa realizada em 2006 perguntou a beneficiários do programa quem era o responsável pelo Bolsa Família em sua avaliação; 6,4% responderam que era o governo municipal e 9,5% que era o governo estadual, mas 60% dos entrevistados responderam que era o governo federal e nada menos que 17,6% responderam que o responsável era o presidente Lula (WEISSHEIMER, 2010, p. 128). É a estatolatria abençoada pelo personalismo político!

Outros programas que reforçam a estatolatria são o ProUni e o sistema de cotas raciais nas universidades. Voltados para favorecer o acesso dos jovens mais carentes à universidade, com o primeiro programa o governo federal patrocina sua inserção no ensino superior privado por meio de bolsas de estudos, assim financiando a acumulação privada com recursos públicos e criando um mercado consumidor cativo para este lucrativo segmento da educação privada no país. O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004 e até o início de 2013 já tinha atendido quase 1,1 milhão de estudantes, 67% deles com bolsas integrais (PORTAL BRASIL, 2013). Com o sistema de cotas raciais o governo busca garantir maior inserção de jovens negros e pardos nas universidades públicas, buscando assim superar seu histórico de exclusão e marginalização em

relação ao ensino superior. Em dez anos de operação o sistema tem dado resultados, pois se em 1998 2% dos detentores de curso superior eram negros, em 2013 este índice tinha triplicado para 6% (ISTOÉ, 2013). Nos dois casos o universo de atendidos é imenso e seu impacto social ainda maior, porém tais políticas revelam a opção por tratar o problema do baixo acesso das populações carentes ao ensino superior por meio do assistencialismo e do fortalecimento do ensino privado, não por meio da expansão necessária e da melhoria qualitativa do ensino público em todos os seus níveis. Nestas condições, a burguesia de serviços do ensino privado não tem motivo algum para se sentir contrariada com tais políticas.

Finalmente trataremos de dois programas que à princípio poderiam ser definidos como políticas de distribuição de renda, mas por conta de seus limites e contradições estão mais próximos das políticas sociais compensatórias e por isto se inserem no elenco de iniciativas que conformam a base material do lulismo. São eles o Pronaf e o Economia Solidária. O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado ainda em 1995 pelo governo Fernando Henrique, mantido e consideravelmente ampliado pelo governo Lula, tornou-se o maior programa de apoio aos assentamentos rurais e pequenas propriedades do governo federal. Visando dar suporte financeiro à atividades agro-pecuárias e a elas associadas busca favorecer a estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços nas próprias propriedades ou nas localidades próximas, objetivando melhorar os rendimentos da família agricultora por meio do aumento da produção, da produtividade e da redução nos custos de financiamento, produção e comercialização. Dele podem participar assentamentos rurais, cooperativas e pequenos proprietários. Segundo dados do censo agropecuário de 2006 apresentados por De Conti e Roitman (2011, p. 133), a agricultura familiar abrangia 4,4 milhões de estabelecimentos agropecuários (84,4% do total), ocupando 12,3 milhões de pessoas (74,4% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários). Se entre as safras de 1995-1996 e 2001-2002 o Pronaf destinou 11,6 bilhões de reais para a agricultura familiar, entre as safras de 2002-2003 e 2009-2010 este montante mais que quintuplicou, passando para 61,9 bilhões de reais (p. 150). Por sua vez também há um crescimento exponencial no número de atendidos, pois se na safra de 2001-2002 o número de contratos foi de pouco mais de 400 mil, na safra de 2005-2006 este número atingiu o montante de 1 milhão e 900 mil contratos, reduzindo-se mais tarde para 1 milhão e 400 mil no ano safra de 2009-2010 (p. 138-139). De todo modo, estes dados revelam a importância adquirida no programa pelo governo Lula.

O Programa Economia Solidária foi criado em 2003 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. De acordo com Paul Singer, secretário da SENAES, o Programa Economia Solidária se insere no esforço de combate à pobreza, ao desemprego e à precarização das condições de trabalho apoiando experiências coletivas,

democráticas e auto-gestionárias de trabalho, experiências que constituem a economia solidária, por meio de formas de financiamento solidário, popular e comunitário que permita o acesso das camadas de baixa renda ao sistema financeiro, permitindo às vítimas da crise social e do trabalho superá-la através de empreendimentos de caráter não-capitalista (SINGER, 2004). Deste modo, o programa Economia Solidária pretende ir além da mera assistência social, fortalecendo experiências econômicas alternativas em relação à lógica capitalista e a participação política popular e democrática, pois busca envolver movimentos sociais, partidos políticos e entidades da sociedade civil.

Segundo dados da secretaria, entre 2003 e 2010 a SENAES apoiou 435 projetos de economia solidária, exclusivamente ou em parceria com a Fundação Banco do Brasil, o Banco do Nordeste ou o FINEB (Financiamento de Estudos e Projetos), transferindo um total de 206,2 milhões de reais. Destes a maior parte (31%) na região Nordeste, com 19% dos recursos, seguida da região Sudeste com 23% dos projetos e 20% dos recursos. Os projetos de abrangência nacional ficaram em 4º lugar, mobilizando 15% dos projetos, mas amealharam a maior parte dos recursos (34%), revelando uma perspectiva de integração econômica nacional. Entre os projetos apoiados pela SENAES ressaltam-se o apoio a incubadoras de economia solidária, com 19% dos projetos e 14% dos recursos; o apoio às finanças solidárias (bancos comunitários, fundos rotativos etc.), com 16% e 9% dos recursos e o fomento a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação, com 12% dos projetos e 4% dos recursos. No entanto, apesar de mobilizar apenas 6% dos projetos, o maior volume de recursos (27%), mais de um quarto do total, foi destinado à promoção do desenvolvimento local e da economia solidária, revelando sua importância (SENAES/MTE, 2012, p. 23-26).

Conforme assinalamos acima, o Pronaf e o Economia Solidária podem ser definidos no âmbito das políticas de distribuição de renda, porém, por conta de seus limites e contradições estão mais próximos das políticas sociais compensatórias, contribuindo, assim, para reforçar o lulismo. Em primeiro lugar, porque são concebidos como parte do esforço governamental de combate à fome e à miséria, em conformidade com a perspectiva da pobretologia e do “alívio social”, conforme já assinalamos, deslocando o problema da desigualdade social do problema da exploração capitalista e o remetendo para o problema da “falta de oportunidades” e/ou de “solidariedade”. Assim abrindo caminho para a despolitização destas iniciativas e sua absorção ideológica numa perspectiva assistencialista e paternalista. Em segundo lugar, como políticas efetivas de distribuição de renda tais programas deveriam contribuir para solidificar uma economia alternativa que permitisse paralisar ou mesmo reverter a tendência à concentração da propriedade e da riqueza, à monopolização do mercado e à precarização do trabalho, eliminando progressivamente a dependência aos recursos de origem pública ou mediados pela intervenção estatal. No entanto, não é

isto que ocorre, conforme os dados que apresentamos. Mesmo considerando a melhoria na renda salarial e nos níveis de emprego ocorridos nos últimos anos, o que indicaria melhoria na situação social dos trabalhadores que formam a base de massa do lulismo, tais processos ficaram aquém do ritmo de crescimento econômico. Além disso, a maior parte dos novos empregos foi criada em ocupações de baixa intensidade tecnológica e baixa remuneração e, por isto, submetidas à intensa rotatividade de mão de obra. Ou seja, os novos contratados continuam submetidos à uma situação precária ou instável. No caso do Pronaf a situação é pior, pois o aumento dos recursos do programa ocorre paralelamente à redução dos recursos disponíveis para a desapropriação de terras e a criação de novos assentamentos (ALMEIDA, 2012), na contramão do que poderia realmente distribuir a riqueza. Deste modo, apesar dos esforços para viabilizar uma política de efetiva distribuição de renda, devido a estes limites e contradições o que sobressai é a dependência aos recursos oriundos do Estado ou viabilizados por sua intervenção, fortalecendo uma perspectiva assistencialista e paternalista que corrobora o populismo lulista. Com o agravante de que o irradia para os setores organizados do proletariado, pois inúmeras organizações populares e movimentos sociais são beneficiários destes recursos.

Este ponto nos remete para a última questão que gostaríamos de abordar, qual seja, a relação do proletariado organizado com o lulismo. É fato que os setores organizados do proletariado possuem uma relação contraditória com o populismo, em especial com o populismo neoliberal. Isto porque, além do programa neoliberal ferir seus interesses efetivos de classe, sua capacidade de organização e mobilização potencializa sua autonomia política e programática diante da burocracia de Estado e do populismo neoliberal, particularmente por que os principais setores do atual movimento social dos trabalhadores foram formados na crítica às sobrevivências do populismo e à autocracia burguesa, ainda durante a Ditadura Militar. Refiro-me, obviamente, ao PT, à CUT e ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). No entanto, se a integração passiva à ordem por parte do PT e da CUT, conforme já discutimos em outro lugar (MACIEL, 2005 e 2011), contribuiu poderosamente para “passivizar” o movimento social dos trabalhadores e quebrar sua capacidade de resistência ao neoliberalismo, a partir da ascensão do PT ao governo federal, a transformação do PT e da CUT em braços do governo e a aplicação do neoliberalismo moderado, com todos os efeitos econômicos e sociais que já assinalamos, criaram as condições para a inserção do populismo lulista entre os setores organizados do proletariado.

Isto é decisivo na conceituação do lulismo como tipo aperfeiçoado do populismo neoliberal, pois esta situação permite a emergência da estatolatria como um fim em si mesmo, não como meio provisório no processo de superação da distinção entre sociedade política e sociedade civil e da separação entre governantes e governados, conforme a teorizava Gramsci. Ao contrário, o movimento social dos trabalhadores vive uma reversão em sua capacidade política, organizativa e

mobilizadora, marcada nos anos recentes pela relativamente pequena mobilização sindical dos setores recém integrados ao mercado formal de trabalho, pela reprodução em seu meio de uma consciência social conservadora, pelo corporativismo dos setores organizados mais antigos, pela redução do volume de ocupações de terra e por uma perspectiva estatista e aparelhista claramente presente em organizações como o PT e a CUT. O crescimento do volume de greves nos últimos anos não tem alterado significativamente esta realidade, prevalecendo mais uma perspectiva corporativista do que anti-neoliberal. É fato que os elementos estruturais da institucionalidade política que favorecem a estatolatria nunca foram abolidos, porém, com o lulismo ela foi reforçada numa escala ainda não vista. O próprio MST vive a contradição de ver o volume de recursos destinado à reforma agrária ser reduzido, enquanto cresce o acesso de seus assentados e militantes ao Bolsa Família.

Considerações Finais:

Em conformidade com o que expusemos acima, podemos concluir que o lulismo é a forma mais avançada da hegemonia neoliberal concretamente constituída no Brasil, pois repõe o programa neoliberal nos marcos do *aggiornamento* em curso desde o final dos anos 90 explorando ao máximo suas possibilidades expansivas e distributivas; atraindo assim o apoio social massivo das classes trabalhadoras para suas políticas e permitindo a acomodação entre os diversos interesses burgueses, combinando de modo criativo a perspectiva produtiva com a perspectiva rentista. Tal situação favorece a adoção do discurso da conciliação de classes, o deslocamento do conflito capital-trabalho e o reforço da postura arbitral do governo em relação aos conflitos sociais, reverberando a estatolatria. Isto significa que para a hegemonia neoliberal a estatolatria de novo tipo possibilitada pelo populismo neoliberal cumpre um papel orgânico, pois inscrito na própria reprodução do programa neoliberal, tornando-se assim uma necessidade para a satisfação dos interesses da fração hegemônica do bloco no poder, o capital financeiro, mas também para as demais frações burguesas.

Nestes termos, se o populismo clássico tinha um caráter reformista, apesar de buscar se sustentar na não-organização independente das massas trabalhadoras, o populismo lulista possui um caráter regressivo, pois além de reforçar a hegemonia neoliberal e a não –organização de segmentos significativos dos trabalhadores ainda coopta a quase totalidade dos setores organizados, favorecendo sua regressão político-programática para o nível do corporativismo e da estatolatria. Deste modo, não há reformismo algum no lulismo, pois o reformismo demanda alterações estruturais no sistema social e político, mesmo que de modo limitado e lento. Na verdade, Lula deu continuidade e aprofundou o que Fernando Henrique Cardoso já vinha fazendo no segundo mandato.

No entanto, sua força política é tão grande e avassaladora que apesar do lulismo se identificar explicitamente com a figura e a trajetória do presidente Lula, a vitória de Dilma Roussef em 2010 e os índices de popularidade atingidos por seu governo nos primeiros dois anos de mandato mostram que a identidade entre burocracia de Estado e massas populares do lulismo pôde ser transferida para outra liderança política. As manifestações populares iniciadas em maio de 2013 e disseminadas por todas as capitais e pelas grandes e médias cidades do país pareciam ter indicado o início do fim do lulismo. No entanto, a retomada da rota ascendente nos índices de popularidade da presidente parece indicar o contrário, o que demonstra sua solidez para além da conjuntura política.

Referências:

AGGIO, Alberto. “A Emergência das Massas e A Teoria do Populismo na América Latina”. In: AGGIO, Alberto e LA HUERTA, Milton (org.). *Pensar o Século XX: política e história na América Latina*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003, p. 137-164.

ALMEIDA, Igor M. C. “O governo Lula e a questão agrária: fortalecimento da agricultura familiar e recrudescimento na reforma agrária”. 4 de outubro de 2012. <http://blogoutrosolhares.blogspot.com.br/2012/10/o-governo-lula-e-questao-agraria.html>, acessado em 5 de setembro de 2013 às 20:02 hs.

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

DE CONTI, Bruno M. e ROITMAN, Fábio B. “Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa”. *Revista do BNDES*, nº 35, junho de 2011, p. 131-168.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FOME ZERO. “Conceito”. <http://www.fomezero.gov.br/>, acessado em 19 de setembro de 2013 às 12:04 hs.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. volume 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VÁRIOS AUTORES. “Lulismo. Um fenômeno político em debate”. *IHU On Line*. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, nº 352, 29 de novembro de 2010, p. 5-19.

ISTOÉ. “Porque as cotas raciais deram certo no Brasil”. Nº 2264, 5 de abril de 2013, http://www.istoe.com.br/reportagens/288556_POR+QUE+AS+COTAS+RACIAIS+DERAM+CERTO+NO+BRASIL, acessado em 19 de setembro de 2013 às 10:28 hs.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

____. “O enigma de Tancredi: governo Lula e reposição da hegemonia neoliberal”. In: *Antítese*, nº 1, Goiânia: CEPEC, outubro de 2005, p. 88-108.

____. “Melhor impossível: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o governo Lula”. *Universidade e Sociedade*, número 46, Brasília –DF: Andes-SN, junho de 2010, p. 120-133.

____. *De Sarney à Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985- 1990)*. São Paulo: Alameda; Goiânia: Funape, 2012.

____. “Hegemonia neoliberal e trabalhadores no governo Lula”. *Anais do Simpósio Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática*. <http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MM2013/anais2011.htm>, acessado em 21 de setembro de 2013 às 15:47 hs.

MARINI, Rui Mauro. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11-103.

MARQUES, Rosa Maria e MENDES, Áquilas. “Desvendando o social do governo Lula: a construção de uma nova base de apoio”. In PAULA, João Antonio de (org.). *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 143- 170.

OLIVEIRA, Francisco de. *Collor, a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

____. “O ornitorrinco”. In: *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 121-150.

KAYSEL, André. “Marxismo e Populismo na América Latina: Notas sobre um desentendimento”. http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8136&Itemid=76.

POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

PORTAL BRASIL. “Primeira edição do Prouni 2013 teve mais de 1 milhão estudantes inscritos”. 23/01/2013. <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/01/22/prouni-tem-mais-de-960-mil-estudantes-inscritos>, acessado em 18 de setembro de 2013 às 20:04 horas.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. *Transferência de Recursos por Ação de Governo- Bolsa Família*. <http://www.portaltransparencia.gov.br/#>, acessado em 21 de setembro de 2013, às 10:23 hs.

SAES, Décio. *A república do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Lula e sua herança”. *Carta Capital*, nº 629, 19 de janeiro de 2011, p. 25.

SENAES/MTE. *Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal – 2003-2010*. Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego, 2012.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

SINGER, Paul. “Economia Solidária no Governo Federal”. IPEA. *Mercado de Trabalho*, 24 de agosto de 2004, p. 1-5.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Bolsa Família. Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. 2ª edição, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.